

HABEAS CORPUS Nº 549.118 - SP (2019/0359059-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULA HUNGRIA AAGAARD - SP235100
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TECIO RIBEIRO DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TECIO RIBEIRO DE ALMEIDA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação Criminal n. 1511727-13.2019.8.26.0228.

O paciente foi condenado, por infração dos arts. 33, *caput*, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006, à pena total de 6 anos e 5 meses de reclusão, em regime inicial fechado, em virtude da apreensão de "**cento e trinta e cinco [135] porções de maconha, com peso líquido de 975 gramas, duzentos e oitenta e sete [287] porções de cocaína, com peso líquido de 118,1 gramas, e cento e vinte [120] porções de crack, com peso líquido de 20 gramas**" (e-STJ fl. 31).

Interposta apelação pela defesa, o recurso foi desprovido pelo Tribunal de origem, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 30):

Apelação da Defesa - Tráfico de Drogas - Materialidade e autoria comprovadas - Circunstâncias reveladoras do crime de tráfico de entorpecentes - Apreensão de porções de crack, de cocaína e de maconha em poder do réu - Fator que, associado à prova produzida, leva à conclusão de que os entorpecentes eram destinados ao consumo de terceiros - Incidência da causa de aumento prevista no artigo 40, inciso III, da Lei n. 11.343/2006 - Drogas apreendidas nas imediações de um estabelecimento de ensino - Pena-base fixada acima do mínimo legal com fundamento na quantidade e natureza das drogas apreendidas - Exasperação em 1/6 pela incidência da causa de aumento - Inaplicabilidade do redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei Antidrogas, ainda que se trate de acusado primário - Redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei Antidrogas que deve se voltar às hipóteses em que o acusado não faz da narcotraficância seu meio de vida - A pena pecuniária guarda relação com a gravidade do delito em questão e não fere os princípios constitucionais da isonomia e da

Superior Tribunal de Justiça

individualização da pena - Regime inicial fechado mantido - Impossibilidade da fixação de regime aberto e da substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos - Mercês incompatíveis com delitos de singular gravidade - Necessidade de maior repressão ao tráfico de entorpecentes - Recurso de apelação desprovido.

No presente *writ*, pleiteia a defesa a redução da fração de aumento da pena básica ao mínimo legal, e a incidência do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 no grau máximo, já que o paciente preencheria os requisitos para tanto. E, por conseguinte, pede a mudança do regime inicial e a substituição da pena.

Requer, assim, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do *writ* e, no mérito, "a concessão da ordem de Habeas Corpus em favor do paciente, a fim de que seja fixada pena-base no mínimo legal, aplicado o redutor do artigo 33, § 4º da Lei n.º 11.343/06, em grau máximo, para que seja fixado o regime aberto e, por fim, para que se proceda à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos" (e-STJ fl. 12).

É, síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Superior Tribunal de Justiça

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator